Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 4978/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/1272/2018
PROTOCOLO	: 1886440
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE CORGUINHO
ORDENADOR DE DESPESAS	: MARCELA RIBEIRO LOPES
CARGO DO ORDENADOR	: PREFEITA
TIPO DE PROCESSO	: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
VALOR	: R$ 183.350,00
RELATOR (A)	: Cons. JERSON DOMINGOS

Trata-se do exame do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº. 071/2017, o qual originou a Ata de Registro de Preços nº 030/2017 (1ª fase), celebrado entre Município de Corguinho/MS e a empresa Norberto da Silva Mondini - ME, com valor total de contratação estimado em R$ 183.350,00.

Constitui objeto da referida Ata o registro de preços visando contratação de empresa para o fornecimento de refeições para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Corguinho – MS, pelo período de 12 (doze) meses.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo, através da Análise ANA-3ICE-10898/2018, manifestou-se pela regularidade do procedimento licitatório – Pregão Presencial nº. 071/2017, da formalização da Ata de Registro de Preços nº 030/2017 (1ª fase).

O Ministério Público de Contas prolatou o Parecer PAR-4ª PRC-10906/2018, na mesma linha de entendimento, opinando pela regularidade do procedimento licitatório e da formalização da Ata de Registro de Preços..

É o relatório.

Inicialmente, cabe elucidar que o mérito da questão repousa na apreciação do procedimento licitatório, Pregão Presencial nº. 071/2017, e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 030/2017, 1ª fase, conforme artigo 120, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76/2013.

Ao examinar o acervo documental que compõe os autos, constato que os atos praticados em relação ao Pregão Presencial nº. 071/2017 estão em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como com a Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações.

Quanto à formalização da Ata de Registro de Preços nº 030/2017, esta está de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Ante o exposto, considerando a Análise elaborada pelo Corpo Técnico da 3ª Inspetoria de Controle Externo e acolhendo o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

I – Pela **REGULARIDADE** do Procedimento Licitatório Pregão Presencial nº. 071/2017, e da formalização da Ata de Registro de Preços nº 030/2017 (1ª fase), celebrado entre o município de Corguinho/MS e a empresa Norberto da Silva Mondini - ME, observadas às disposições da Lei nº 10.520/2002, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, inciso I, "a" da Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

II – pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

III - pela **REMESSA** dos autos à 3ª Inspetoria para o acompanhamento das fases posteriores, nos termos regimentais.

Campo Grande/MS, 11 de junho de 2018.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

GDH